

ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DOS DISCURSOS E PRÁTICAS ACERCA DA JUSTIÇA CRIMINAL DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA

A SOCIO-HISTORICAL ANALYSIS OF DISCOURSES AND PRACTICES CONCERNING CRIMINAL JUSTICE DURING THE POLITICAL TRANSITION

PAULO MENDES

Mestre em Criminologia pela UNL (2022, Argentina). Graduação em Direito pela UFRJ (2012). Iniciação à docência universitária no curso de tecnologia em Segurança Pública CEDERJ/UFF. ORCID: [https://orcid.org/0000-0002-2510-8531]. Lattes: [http://lattes.cnpq.br/3659202560912583]. paulo.mendes27@yahoo.com.br

DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.10042396].

Recebido em: 19.07.2022

Aprovado em: 02.03.2023

Última versão do autor: 12.06.2023

ÁREA DO DIREITO: Penal

RESUMO: O artigo faz uma análise sócio-histórica dos discursos e práticas acerca da justiça criminal durante a transição política. Introduz apresentando as chaves de análise e conjuntos de discursos e práticas levantados, fazendo comentários institucionais, expondo a estratégia metodológica de Teoria Fundamentada em Dados, elencando as fontes utilizadas (jornais, memória, documentos, legislação e taxas de homicídios e da população carcerária) e desenvolvendo os conceitos com base nas referências da literatura. Explora cada conjunto de discursos e práticas identificados: convivência e justicamento, reformismo penal e penitenciário, manifestações em torno à figura da vítima e campanhas de lei e ordem. Conclui sintetizando as características estruturantes da justiça criminal de informalidade, formalização, manifestações em torno da

ABSTRACT: The article makes a socio-historical analysis of the discourses and practices concerning criminal justice during the political transition. It introduces by presenting the keys of analysis and sets of discourses and practices raised, making institutional comments, setting out the methodological strategy of Grounded Theory, listing the sources used (newspapers, memory, documents, legislation and homicide and prison population rates) and developing the concepts based on the literature references. It explores each set of discourses and practices identified: coexistence and street justice, penal and penitentiary reformism, manifestations around the figure of the victim, and law and order campaigns. It concludes by synthesizing the structuring characteristics of criminal justice of informality, formalization, manifestations

figura da vítima e incapacidade relativa. E faz por fim um balanço de como a pesquisa pode contribuir para entender a justiça criminal no contexto mais amplo do sistema penal e da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça Criminal – Análise sócio-histórica – Transição política – Sistema penal – Sociedade.

around the figure of the victim, and relative incapacity. And finally, it takes stock of how the research can contribute to understanding criminal justice in the broader context of the criminal justice system and society.

KEYWORDS: Criminal Justice – Socio-historical analysis – Political transition – Penal system – Society.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 1.1. Estratégia metodológica e fontes. 1.2. Fontes. 1.3. Chaves de análise. 2. Convivência e justiça. 3. Reformismo penal e penitenciário. 4. Manifestações em torno à figura da vítima. 5. Campanhas de lei e ordem. 6. Considerações finais. 7. Anexo. 8. Referências.

1. INTRODUÇÃO

O¹ artigo faz um estudo sócio-histórico da justiça criminal durante o período da transição política por meio da identificação das chaves de análise de informalidade, formalização, manifestações em torno à figura da vítima e incapacidade relativa com base na revisão da literatura de estudos sobre o tema; e desenvolve os conjuntos de discursos e práticas encontrados nas fontes acessadas de convivência e justiça, reformismo penal e penitenciário, manifestações em torno à figura da vítima e campanhas de lei e ordem.

A burocracia judiciária criminal majoritária se refere a esfera estadual com referência à primeira instância, com as Varas Criminais, e à segunda instância, com os Tribunais de Justiça, com a maior parte desse aparato concentrado nos centros urbanos e com comarcas que em cidades maiores são divididas por região, costumando haver pelo menos uma comarca por município. A jurisdição criminal conta, ainda, com uma esfera federal – primeira e segunda instâncias – e com tribunais superiores, como Superior Tribunal de Justiça e aquele que simbolicamente representa o judiciário, o Supremo Tribunal Federal.

As referências da pesquisa são a esfera estadual, que centraliza e possui a principal competência em termos de burocracia político-administrativa num estado federativo como o Brasil; a sua relação com a esfera federal, a principal fonte de representação e direcionamento político; e o urbano na sua dimensão internacional, regional, nacional e local expressado pelas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro – que concentram atenção

1. As partes “Reformismo penal e penitenciário” e “Campanhas de lei e ordem” do trabalho foram apresentadas em 10 de setembro no seminário *Jornadas Dimensiones Sociales de la Justicia Penal* organizado pela Área Sociología de la Justicia Penal da Universidade Nacional de La Plata. As partes “Convivência e justiça” e “Manifestações em torno à figura da vítima” foram apresentadas em 26 de outubro no IX Seminário *Institutos Nacionales de Ciencia e Tecnologia-Instituto de Estudios Comparados en Administración de Conflictos*.